

Lourenço (1923-2020), homenageado neste ano de seu centenário de nascimento, redigiu importantes textos, também a fim de “repensar Portugal”, pois inventaria nos escritos dos dois escritores do século XIX formas de ponderar sobre as situações política, religiosa e cultural lusitanas. Analisamos, por isso, trechos de quatro narrativas dos autores oitocentistas: *O Arco de Sant’Ana: crónica portuense* (1845/1851) e *Viagens na minha terra* (1846), de Almeida Garrett; *O Monge de Cister ou a época de D. João I* (1848) e “O pároco da aldeia (1825)” (1851), de Alexandre Herculano. São textos escritos sob o estilo narrativo shandiano, nos quais as digressões dos narradores são o que mais nos interessam neste estudo. Para além de *O labirinto da saudade* (1978) e de *Mitologia da saudade seguido de Portugal como destino* (1999), de Lourenço, dialogaremos, em nossas averiguações, com as produções de Maria de Fátima Marinho (1999) e de Sergio Paulo Rouanet (2007), dentre outros autores.

PALAVRAS-CHAVE

Almeida Garrett; Alexandre Herculano; Estilo shandiano; Crise política; Modernidade.

Regarding his works, Eduardo Lourenço (1923-2020), honored in this year of his centenary of birth, wrote important texts, also in order to “rethink Portugal”, as he invented in the writings of the two 19th century writers ways of pondering the Portuguese political, religious and cultural situations. We therefore analyzed excerpts from four narratives by nineteenth-century authors: O Arco de Sant’Ana: crónica portuense (1845/1851) and Viagens na minha terra (1846), by Almeida Garrett; O Monge de Cister ou a época de D. João I (1848) and “O pároco da aldeia (1825)” (1851), by Alexandre Herculano. These are texts written in the Shandian narrative style, in which the narrators’ digressions are what interest us most in this study. In addition to O labirinto da saudade (1978) and Mitologia da saudade seguido de Portugal como destino (1999), by Lourenço, we will dialogue, in our investigations, with the productions of Maria de Fátima Marinho (1999) and Sergio Paulo Rouanet (2007), among other authors.

KEYWORDS

Almeida Garrett; Alexandre Herculano; Shandian style; Political crisis; Modernity.

INTRODUÇÃO

Na manhã do dia primeiro de dezembro de 2020, recebíamos no Brasil a triste notícia da morte de Eduardo Lourenço (1923-2020), que dedicara a sua vida intelectual a pensar Portugal e as suas relações com o mundo. Vivíamos um ano agudo de pandemia da Covid-19, com inúmeras mortes não evitadas pela incúria dos que nos governavam naquele período. Quando perdemos uma das mentes mais brilhantes da lusofonia, vivíamos situações abjetas no Brasil, que quase culminaram, no início deste ano de 2023, em um golpe de Estado. Contudo, as obras de Lourenço, que permanecem, são um convite para que possamos pensar Portugal, o Brasil e o mundo à nossa volta, em suas contradições e em suas belezas: tarefa, por excelência, das Ciências Humanas e das Artes, tão vilipendiadas nestes dias, talvez pela tarefa indagadora que exercem frente ao comodismo das explicações “míticas”.

Por isso, neste ano do centenário de nascimento de Eduardo Lourenço, embasados, sobretudo, pelas propostas de *O labirinto da saudade* (1978), obra que reúne uma série de ensaios, dentre eles o notável “Da Literatura como interpretação de Portugal (de Garrett a Fernando Pessoa)”, bem como de *Mitologia da saudade seguido de Portugal como destino*, publicado em 1999, propomo-nos a averiguar como Lourenço evoca a produção dos dois maiores vultos do Romantismo português, Almeida Garrett (1799-1854) e Alexandre Herculano (1810-1877), para pensar Portugal e os portugueses a partir da ficção de dois escritores que, igualmente, discutiram os mesmos temas sob a égide da ficção.

Não pretendemos, obviamente, realizar uma averiguação de todas as publicações dos dois escritores oitocentistas, mesmo porque Garrett e Herculano foram profícuos em produções dos mais variados gêneros textuais, além de terem se conhecido e mantido contato, via correspondências, ao longo da vida¹, o que gerou ainda mais materiais quando se pensa em um diálogo entre os dois. Pensemos, igualmente, como ambos, coetâneos, viveram um período de efervescência e de instabilidade políticas, tornando ainda mais densos os seus escritos em termos de temática e conteúdo. Propomo-nos, portanto, à revisitação de duas produções de cada um deles: *O Arco de Sant’Ana: crónica portuense* (1845/1851) e *Viagens na minha terra* (1846), de Garrett; *O Monge de Cister ou a época de D. João I* (1848) e “O pároco da aldeia (1825)” (1851), de

¹ No tomo *Cartas 2*, no qual estão coligidas algumas das correspondências de Alexandre Herculano (Lisboa: Bertrand, 19--), p. 12-32), encontramos algumas missivas do referido autor a Almeida Garrett: pelo discurso das cartas, pressupõe-se que são respostas, como no caso de uma missiva em que Herculano afirma que Garrett teria pedido para comentar as questões históricas presentes no poema *D. Branca* (1826). Há, entretanto, outras cartas: uma sobre a situação do Teatro do Salitre e outra de divergência com Garrett acerca da lei sobre a propriedade literária. A situação é assim sumarizada por Victor Drummond e Renato Loura (2018, p. 2; 3): “Almeida Garrett, então deputado, foi responsável pelo primeiro projeto de lei a tratar sobre propriedade literária e artística, apresentado ao parlamento em maio de 1839”, porém “a norma só viria a ser publicada em 18 de julho de 1851”. Data desse ano a discordância de Herculano, que veiculou no periódico *O país* uma missiva a Garrett sobre tal questão, porque “Alexandre Herculano pensou num sistema de recompensas públicas legais (prêmios literários, pensões acadêmicas, cargos públicos a serem ocupados exclusivamente por homens de letras) em lugar da propriedade literária [...]. Tamanha era a importância dos autores para o progresso da civilização, que a sociedade reconheceria esse papel criando as condições adequadas para o sustento daqueles cuja produção era indispensável ao progresso cultural da coletividade” (Drummond; Loura, 2018, p. 4-5). O que é perceptível é que, embora discordassem em algumas questões, Garrett e Herculano se reconheciam, publicamente, e se respeitavam pelo trabalho que cada um exercia, a seu modo, na produção intelectual do século XIX, em Portugal.

Herculano². Outras obras de grande relevância, como o poema *Camões* (1825) ou a peça teatral *Um auto de Gil Vicente* (1838), além da célebre obra de dramaturgia *Frei Luís de Sousa* (1843), todos de Garrett, bem como o manifesto político *A voz do profeta* (1836), os estudos historiográficos, as outras ficções de *Lendas e narrativas* (1851) e os renomados romances históricos *O bobo (1128)* (1843) e *Eurico, o presbítero* (1844), de Herculano, não constarão no *corpus* destas averiguações. Isso não ocorre por omissão ou desconsideração, mas pela escolha de um recorte temático.

Ademais, é predominantemente esse *corpus* ficcional que Eduardo Lourenço mobiliza para buscar apreender os processos pelos quais Portugal passou ao longo dos séculos. A seleção das obras a serem verificadas é, dessa forma, justificada pelo seguinte: I. são textos narrativos elaborados e publicados em um período temporal muito próximo; II. as transformações do século XIX, em Portugal, estão tematizadas em todos eles, mesmo nos dois romances históricos selecionados; III. a forma shandiana de narrador, que ainda conceituaremos brevemente, a partir do estudo de Sergio Paulo Rouanet (2007), predomina em todos os textos ficcionais que elegemos nesta análise. É importante tratar desse estilo narrativo, pois os excertos selecionados dos textos para a averiguação são as considerações, em digressão, dos narradores; IV. por fim e reiterando, esses são os textos predominantemente evocados por Eduardo Lourenço para igualmente “repensar Portugal e os portugueses”.

Para tanto, faremos, primeiramente, um introito acerca do complexo período oitocentista português, no qual viveram Garrett e Herculano, tendo em vista a interpretação de Eduardo Lourenço, para quem “Portugal é, de 1808 a 1820, um país invadido, emigrado ou subalternizado pela presença militar ostensiva do estrangeiro” (Lourenço, 2016, p. 104), sofrendo, inclusive outras experiências traumáticas. Por fim, passaremos à apresentação e à análise de temas específicos, tanto na obra

² *O Arco de Sant’Ana: crónica portuense* teve a sua primeira edição publicada anonimamente, em 1845, até o capítulo XVIII, sendo que o restante desse romance histórico veio a lume em 1851. Garrett rascunhou parte da narrativa durante o Cerco do Porto (1832-1833), quando o exército liberal, ao qual pertencia o autor, foi sitiado pelas forças absolutistas. Já *Viagens na minha terra* teve a sua publicação iniciada, em 1843, na *Revista Universal Lisbonense*, em folhetins. Contudo, o romance foi veiculado, em dois tomos e de forma completa, em 1846. *O Monge de Cister ou a época de D. João I* foi veiculado entre janeiro e fevereiro de 1841 no semanário *O panorama*, que era então dirigido por Herculano. Em 1848, o romance histórico veio a público em dois volumes. Por fim, “O pároco da aldeia (1825)” foi divulgada, integralmente, em nove tiragens de *O Panorama* – entre 1843 e 1844 – e, posteriormente, foi coligida por Herculano em *Lendas e Narrativas*, livro publicado em 1851.

de Garrett quanto na de Herculano, como o clero, a religiosidade, a cultura e particularidades de Portugal, manifestas em suas tradições populares, questões sobre as quais os autores se detêm para compreenderem o país e seu povo.

O SÉCULO XIX: AS INVASÕES FRANCESAS, O REINO À DERIVA, A GUERRA CIVIL E O LIBERALISMO EM PORTUGAL

O fim do século XVIII e o século XIX são conhecidos, grosso modo, como períodos de revoluções que se espraiaram pela Europa e por outros continentes. É o momento da mudança dos paradigmas em relação aos regimes governamentais – em muitos lugares, ocorre a queda de monarquias absolutistas e, paulatinamente, vai-se instaurando o Estado Liberal –, mas também é o período da ascensão da industrialização, o que, igualmente, provocou impactos reais na vida quotidiana e nas relações entre as nações.

Nesse contexto, Portugal também sofre com as implicações dessas referidas transformações políticas, econômicas e sociais. Eduardo Lourenço (1999, p. 57) designou o momento como “dramático da nossa História”³, pois

Em 1807 quando Junot [1771-1813], com a conivência da Espanha, invade Portugal, a Europa assiste a um espetáculo inédito: a família real portuguesa, protegida pela frota inglesa, embarca para o Brasil. [...] Não sabíamos então que não regressaríamos os mesmos da famosa fuga para o Brasil, dentro em breve, pensado como nação-irmã e como um Portugal maior. Mas também o Portugal metropolitano nunca mais seria o mesmo. Ocupado durante três anos, com intermitências, prometido a uma repartição entre a França, a Espanha e o rei de Portugal, o país experimentou-se então como *um povo jogado aos dados*. E não foi o governo de Beresford [1768-1854], general inglês, exercendo o poder em nome do rei ausente, que modificou o panorama. *Portugal estava em discussão na balança da Europa* (Lourenço, 1999, p. 105, grifos nossos).

O teórico propõe que, para além da transformação “que viera nas bagagens de Napoleão em 1807 e que em 1820 permitira o difícil triunfo do liberalismo” (Lourenço, 1999, p. 103), houve, em Portugal, o sentimento de

³ Atualizamos, em nossas transcrições, a grafia das edições que consultamos. Em obras publicadas em Portugal, manteremos a ortografia e a acentuação portuguesas.

que o seu corpo político, reconhecido por outros reinos, poderia deixar de existir. Com isso, também as suas expressões culturais poderiam desaparecer. Portanto, há uma preocupação com essas manifestações – que particularizam os costumes de um povo – e elas passam a ser discutidas e tematizadas em muitas materializações artísticas e culturais, como nos discursos ficcional e literário, já que há, metaforicamente, “uma ferida aberta em 1808 e em contínua supuração ao longo do século” (Lourenço, 2016, p. 105). No entanto, outra inquietação também estava muito presente, como aponta Lourenço (2016, p. 106, grifos no original):

[a] *obsessão temática capital* do século XIX: a de *repor* Portugal na sua grandeza ideal tão negada pelas circunstâncias concretas da sua medíocre realidade política, económica, social e cultural. Quer dizer, em termos de literatura, à obsessão de *criar* um *movimento* ou uma *obra* em que essa *regeneração simbólica* se cumprisse, transfigurando a miséria deprimente do “Portugal contemporâneo”.

A realidade portuguesa, no século XIX, nega os mitos da antiga grandeza. Se era preciso, na mentalidade de alguns intelectuais, salvaguardar o reino e as suas particularidades culturais, igualmente se fazia necessário inserir Portugal na realidade do período oitocentista. Mas como isso deveria ser realizado? Algumas produções de então buscaram apontar caminhos entre a regeneração, conforme cita Lourenço, e o progresso que campeava: “O liberalismo institucionalizado dava os seus primeiros passos; a primeira industrialização assomava apenas às portas de Portugal” (Lourenço, 1999, p. 111).

As obras de Garrett e de Herculano, por exemplo, são importantes nessas tematizações. Sem fazer uma interpretação puramente biografista das produções, vale recordar que esses autores estiveram empenhados, política e belicamente, com a implantação do liberalismo em Portugal, sendo que ambos foram soldados pela causa constitucional e também tiveram de se exilar em momentos de instabilidade política, antes da vitória liberal, que se daria em 1834. No entanto, há muitas obras de Garrett e de Herculano que se preocuparam em discutir, resgatar ou preservar as particularidades de Portugal frente às outras nações, sobretudo as de dominação militar, econômica e cultural, como Inglaterra e França. Vale recordar que “o que é singular nos começos do século XIX, entre nós, é que a matéria mediadora entre a consciência individual e o mundo é constituída pela *situação nacional* e nela, e através dela, pelo *sentido do ser português*” (Lourenço, 2016, p. 104,

pode ser vivida apenas como simples alusão, mero sinal endereçado aos acontecimentos ou aos sentimentos que salpicam” (Lourenço, 1999, p. 13), ou seja, o olhar de Herculano para o passado, nessas revisitações, é próprio de um intelectual oitocentista e está relacionado com as suas preocupações coetâneas. É o que reflete Marques (2012, p. 102) sobre o romance histórico: “O romancista histórico, auxiliado pela imprensa que publica em folhetim as suas produções, assume a tarefa de vulgarizar o conhecimento e formar as massas populares: deste modo, o romance vem preencher uma função de utilidade social”.

Almeida Garrett, por sua vez, trabalhou na “descoberta das ‘nossas coisas’” (Lourenço, 1999, p. 109): recolheu e transcreveu os cantares populares dos quais não era o autor, mas que pertencem ao arcabouço de narrativas folclóricas em verso, em Portugal. Eram xácaras, baladas e rimances aos quais acrescentou comentários, em notas de rodapé, de como um mesmo poema era cantado de forma diversa em regiões diferentes do país, como no Alentejo, na região de Lisboa ou no Minho. Tais narrativas populares em verso estão coligidas em *Romanceiro*, que teve o seu primeiro tomo publicado em 1843 e o segundo volume em 1851. Peter Burke (2013, p. 42; 36), ao citar alguns exemplos de coletâneas nacionais, de diferentes países, que reuniam textos populares, refere que “Em Portugal, Almeida Garrett foi ao mesmo tempo o revitalizador da poesia portuguesa e o redescobridor de baladas populares”, também “com a finalidade de estimular a consciência nacional”. Garrett pertence, portanto, a uma geração preocupada com o arcabouço popular: “Foi no final do século XVIII e início do século XIX, quando a cultura popular tradicional estava justamente começando a desaparecer, que o ‘povo’ (o *folk*) se converteu num tema de interesse para os intelectuais europeus” (Burke, 2013, p. 26). Isso é: a necessidade de visitar o passado, em romances históricos, ou de produzir coleções de cantares populares específicos de uma cultura está intimamente ligada à necessidade de preservação dos costumes e do que poderia se perder, frente às investidas revolucionárias e estrangeiras. Tal qual pontua Eduardo Lourenço, essa era uma característica romântica: “Os românticos não viajam realmente em direção ao passado, antes trazem o passado para o presente” (Lourenço, 1999, p. 59), porque reconstroem e reinterpretam os períodos históricos do reino conforme as necessidades que julgam serem as do século XIX. Portanto, muitas obras literárias produzidas nesse contexto são maneiras de repensar e de discutir Portugal:

as suas especificidades e o seu papel no conjunto das nações, em transformações marcantes no período oitocentista, pois,

País em que a coesão política e religiosa quase não tem igual na Europa [...], Portugal sofre, no princípio do século XIX, [...] Um duplo traumatismo, pode dizer-se. Ao mesmo tempo em que é ocupado militarmente, de uma maneira inédita, pelas tropas francesas e espanholas, e depois tutelado pelos chefes militares ingleses até 1820, Portugal vê o seu rei atravessar o Atlântico e instalar-se no Rio de Janeiro. A encarnação tradicional, sacralizada e simbólica de Portugal esfuma-se assim nessa lonjura (Lourenço, 1999, p. 57-58).

O trauma para Portugal, de acordo com Lourenço, era duplo: *militar*, obviamente, pela presença estrangeira no país; pelos saques napoleônicos, feitos como agressão à sociedade lusitana⁴; mas também pelas vedações, impostas pelas potências bélicas, Inglaterra e França, ao reino português. O segundo golpe, referido pelo autor, era *político-cultural*, pois a submissão de Portugal aos estrangeiros e a ausência da Corte em Lisboa levariam a um abalo massificado que se manifestará, por exemplo, na produção literária dos mais diversos autores. Entendamos, por fim, a *coesão religiosa*, referida por Lourenço no trecho supratranscrito: ela não significa uma *uniformidade*, já que o Catolicismo tinha diferentes manifestações no país, mas, certamente, indica a predominante cultura católica no território ibérico, advinda de séculos anteriores à formação do próprio reino lusitano. Isso também fora debatido em obras de Garrett e de Herculano, pois os outros países, em geral, denominavam os portugueses como “essa gente da extrema Europa, ibérica, católica” (Lourenço, 1999, p. 9), significando isso um atraso civilizacional, cultural e econômico. As dúvidas dos escritores, no entanto, residem, como veremos, se o tal progresso proposto era tão melhor para Portugal.

A produção literária passou a ter um importante papel na divulgação das ideias e na reflexão crítica sobre a sociedade: tendo o

⁴ Nos capítulos 39 e 40 de *Viagens na minha terra*, por exemplo, o narrador relata a ausência das relíquias de S. Fr. Gil de Santarém (1190?-1265) no Convento de S. Domingos, e a tristeza de ver a capela, onde estava sepultado o frade, transformada em um depósito de palhas. No romance de Almeida Garrett, que regressa ao período das Guerras Liberais (1828-1834), temos a notícia de que as relíquias são ocultadas por uma das principais personagens da narrativa, o franciscano Fr. Dinis, que temia os saques. Entretanto, vale recordar que, durante as invasões francesas, alguns túmulos de reis portugueses foram também violados, como é o caso do sarcófago de D. Fernando I, o rei formoso (1345-1383).

Dessa forma, embora Lourenço (1999, p. 110) afirme que a preocupação dos autores do Romantismo era a de “pôr em causa a complexa trama dos nossos valores, menos determinados pela estética que pela ética e a religião”, a escolha do estilo narrativo corrobora os discursos veiculados nessas obras.

Isso posto, vamos, pois, a um excerto de *O Arco de Sant’Ana* e verifiquemos como se dão os efeitos de um desses excursos discursivos:

Deixá-lo seguir o seu caminho; não nos metamos a adivinhar o que se ia revolvendo em seu pensamento em que tão opostas ideias combatiam... [...] Deixá-lo, deixá-lo e transportemo-nos nós, *amigo leitor*, para mui diverso, posto que não mui apartado lugar. [...]

Cá estamos junto à veneranda estátua do velho Porto [...]. Não tinha ainda, naquele tempo, iconoclástica brocha ousado assarapantar de vulgar e rabugenta oca, nem arrebicar de crasso vermelhão aquele primor do cinzel portuense, que então resplandecia em toda a nitidez do primitivo granito (Garrett, 19--., p. 205, grifos nossos)⁵.

É comum que o narrador shandiano conduza o leitor como se estivesse tomando-o pela mão e o apresente ao que acredite ser o mais importante naquele momento do enredo. Estabelece-se uma relação de proximidade com o leitor, mas quem conduz o relato é a imperativa voz narrativa.

Coadunando-se com as características shandianas, em *O Arco de Sant’Ana*, Garrett ainda recorre a um subterfúgio muito caro ao gênero romance histórico: “O precioso manuscrito donde tiro esta verdadeira

⁵ O trecho do romance de Garrett refere à infelicidade de uma intervenção moderna sobre os labores de pedra do monumento portuense – pintura de “vermelhão”. Isso remete a “O pároco da aldeia (1825)”, quando o narrador descreve a transformação da casa do pároco, primeiramente, de estilo manuelino, em uma construção moderna: “A residência paroquial, originariamente no mesmo estilo, *já estava civilizada*. Uma porta retangular substituíra a antiga. Esquadriadas estavam, também, as duas janelas do sobrado, [...] via-se o moderno conforto das vidraças. Não quero dizer com este elogio à morada do padre prior que a igreja tinha resistido, teimosa como velho caturra, aos progressos da civilização. Pelo contrário. Estava mais alindada ainda. Uma irmandade, ou não sei quem, que entendia na fábrica, havia pintado de ocre tudo o que era pedra, de vermelhão tudo o que era azulejo. As câmaras municipais das grandes cidades, os cônegos das colegiadas e sés ainda não passaram do ocre, e uma pobre irmandade da aldeia já tinha, há vinte anos, vencido a meta a que apenas hoje chegam o município e a catedral” (Herculano, 1949, p. 295, grifos nossos). Há notória ironia do narrador em seu “elogio” à desconfiguração do projeto arquitetônico original da residência, bem como à pintura dos azulejos. O mesmo ocorre na narrativa de Garrett. Assim, fica subentendido nos textos de ambos os autores que a modernização, metaforicamente, destrói traços históricos e é uma expressão da ignorância.

autêntico que todos os outros manuscritos antigos: isso é, obviamente, uma grande ironia, pois, primeiramente, apenas o narrador teria acesso ao tal documento do Mosteiro dos Grilos e, em segundo lugar, nem todos os códices ou crônicas traziam informações exatas, além de que poderiam ter sido elaborados conforme as vontades de seus autores ou de seus financiadores ou, ainda, muito distanciados historicamente dos fatos. Há, portanto, uma tensão em relação às fontes históricas, tão exaltadas no período oitocentista: duvida-se da veracidade dos documentos e estimulam-se os leitores, igualmente, à dúvida.

Não podemos concordar, portanto, com António José Saraiva (1999, p. 103), acerca de *O Arco de Sant'Ana*, quando propõe que “É uma obra inautêntica e caída no esquecimento”. De fato, é uma produção que precisa ser revisitada mais vezes, pois parece estar muito menosprezada perante as outras obras de Garrett. Todavia não é possível afirmar que seja um romance histórico sem autenticidade, pois a própria construção narrativa e as tensões nela presentes sobre as relações entre fato e ficção muito têm a dizer sobre o gênero romance histórico antes e depois do século XIX. E esse repensar um Portugal, que correu os riscos de desaparecer, conforme já abordamos sob a visão de Eduardo Lourenço, era também questionar certo passado – e seus documentos – servindo-se da literatura de ficção.

Tendo em vista essas considerações, passemos a uma importante digressão contida em *O Monge de Cister*, na qual o narrador de Herculano desvela ao leitor as suas opções, também de forma imperativa:

“D. João I?! Ora essa! – exclamará algum dos nossos leitores. – Deixai-nos com D. João I! Pobre bruto, que não sabia nem conhecia nada: nem os falanstérios nem os charutos de Havana; nem a mnemotécnica nem a pirotécnica; nem o sistema eleitoral, nem as pílulas de família; nem os cupons, nem as velas de estearina; nem as inscrições, *bonds* e carapetões, nem os dentes postiços. Que temos nós, homens do progresso, da ilustração, da espevitada e desenganada filosofia, com esses casmurros ignorantes que morreram há quatrocentos anos?”

Tens razão, leitor. Fecha o livro, que não é para ti (Herculano, 19--, p. 72).

Neste caso, o narrador projeta o discurso do leitor – que, graficamente, está entre aspas – como se fosse o leitor a interpelar a voz narrativa: por que, em pleno século XIX, remontar a D. João I se há tantos

À GUISA DE CONCLUSÃO

Ao refletir sobre a produção dos intelectuais portugueses do início do século XIX, Eduardo Lourenço, em *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino* (1999), propõe o seguinte:

Quando, nas primeiras décadas do século XIX, Portugal, pela pena dos primeiros representantes de um novo Portugal – saído da Revolução Liberal –, faz o balanço da sua situação no mundo, quer dizer, na Europa, e, ao mesmo tempo, se volta para o passado para saber se ainda terá futuro, fá-lo já como se não fosse Europa ou então uma outra espécie de Europa. É então que se dá conta até que ponto a sua situação é singular (Lourenço, 1999, p. 94-95).

As reiteradas críticas, descritas em “O pároco da aldeia (1825)”, são ilustrações da “singularidade” de Portugal, comentada por Lourenço, e do cálculo que se faz em relação aos outros corpos políticos e culturais estrangeiros. E em direção semelhante, podemos encontrar uma digressão no romance *O Arco de Sant’Ana*, no capítulo XVII, intitulado “A procissão”, que perscruta alguns dos antigos costumes celebrativos do Porto:

Nestes prosaicos e minguidos tempos em que nós vivemos, sabe Deus o que lhe custa à excelentíssima câmara municipal de Lisboa a ir a casa de Santo António no seu dia, e à ilustríssima câmara municipal de Coimbra a ir pela festa da Rainha-Santa visitar a sua padroeira de além da ponte. O código administrativo não beatificou mais santos que Santa Urna, e os espíritos fortes do conselho são iconoclastas decididos, que fazem guerra a todas as velhas superstições daquelas desgraçadas e vergonhosas eras em que Portugal estava tão atrasado que apenas descobria a Índia, circunavegava e civilizava a África, povoava a América, escrevia as *Décadas* de Barros, compunha os *Lusíadas* de Camões, edificava Belém, e fazia outras soezes ninharias do mesmo jaez.

Pobre Portugal velho e relho, que não tinha agiotas nem lordes do tesouro, nem pontes pênsis nem garantias pênsis, nem barões, nem pedreiros-livres, e eras o escárnio da Europa que hoje pasma de te ver correr como um caranguejo por essa estrada da civilização fora!

Dancemos a polca, e viva o progresso!

Inda assim: o *progresso* do nosso *regresso* [...].

Dançar, dançavam os cónegos do Porto, ainda em tempo de minha avó que o viu, e mo contava quando eu era pequeno: dançavam sim

diante do altar de São Gonçalo no seu dia. E era uma devota dança hierática [...].

Pois dançavam é certo, dançavam os cônegos do Porto diante de São Gonçalo de Amarante, e em trinta préstitos e procissões em que iam a muitos oragos e festas de vários santos e santas. E assim mesmo iam os outros cabidos e colegiadas do reino, que hoje nem ao coro vão (Garrett, 19--., p. 251-252, grifos no original).

O narrador, fundamentando-se em reminiscências de sua memória, narra o que a sua avó lhe teria relatado, quando ele era criança: ela teria sido testemunha ocular das danças “hieráticas”, ou seja, pertencentes às tradições religiosas e clericais, dos cônegos da Sé do Porto, diante do altar de São Gonçalo. O narrador evoca o conhecimento generalizado de que essas manifestações populares ocorriam e não fazia tanto tempo que deixavam de acontecer, visto que sua própria avó teria ainda presenciado a dança dos cônegos – que, agora, nem ao ofício de coro, uma de suas obrigações, praticavam.

Entretanto, o excerto do romance histórico de Garrett faz menção a três santos de origem portuguesa e muito populares em algumas regiões: inicia a voz narrativa contrapondo os tempos de outrora (da ambiência da narrativa) aos do momento presente (do período de publicação de *O Arco de Sant’Ana*), o que é muito comum em romances históricos, sobretudo oitocentistas. Então, passa a relatar que os dignatários das Câmaras de Lisboa e de Coimbra não aparecem mais aos festejos de Santo Antônio (1195?-1231) e de Santa Isabel, a Rainha-Santa (1270-1336), respectivamente, inclusive com descrições toponímicas dos locais das cerimônias – após a ponte sobre o Mondego, em Coimbra, por exemplo. E explica o narrador o motivo para que esses senhores não se vão às festas: consideram-nas como superstições e atrasos populares e são devotos apenas da “Santa Urna” – isto é, do sistema eleitoral, que também é mencionado em *O Monge de Cister*, como já verificamos, sendo uma ilustração do progresso. Não estamos, contudo, diante de um reacionarismo ou de um simples saudosismo do passado: toda essa seleção vocabular, formando ironias com as “ilustríssimas” Câmaras Municipais são formas de críticas, que temos observado, aos “deslumbres” com o que consideravam a “civilização”, advinda, sobretudo, de França e de Inglaterra, diante dos “atrasos” e das “superstições” do “velho Portugal”. Para tanto, o narrador cita os santos portugueses de grande tradição popular – sendo que o terceiro é São Gonçalo (1187?-1262), ao qual refere as danças dos cônegos diante de sua

capela. Vale recordar que esse último não é reconhecido, oficialmente, pela Igreja Católica, como santo, mas como beato. Porém, há um grande culto popular, mormente no Norte do país, a ele, que se mescla, inclusive, com elementos do paganismo, como os ritos fálicos⁶: “uma cultura [...] de culto divino profanizado e de culto profano divinizado” (Lourenço, 1999, p. 103). A referência ao tal santo, na digressão do romance histórico, e o contexto em que aparece a alusão não são ingênuos, pois se os homens das ilustres Câmaras canonizaram o que consideravam o progresso, o povo português já canonizava os seus santos muito antes, mesmo sem a anuência de Roma.

Além disso, o narrador, ironicamente, propõe que o Portugal atrasado – de “soezes” costumes, conforme refere – já antes desses homens das Câmaras chegava à Índia, “civilizava” e navegava ao redor da África, “povoava” a América, lavrava as crônicas de João de Barros (1496?-1570) e o poema épico de Camões. Cabe, contudo, aqui uma distinção entre os discursos presentes na obra de Garrett e de Herculano. Exploremos, primeiramente, as reflexões em *O Arco de Sant’Ana*: utilizar o termo “civilizar” África, para nós, é bastante inaceitável, ultrapassado e colonialista. O mesmo ocorre com o emprego do verbo “povoar”, em relação à América, obviamente. Entretanto, transportemo-nos ao século XIX (o que não diminui os horrores das colonizações) e pensemos como o texto de Garrett se inscreve na “Fábula definitiva de um povo” (Lourenço, 1999, p. 45), isto é, a ideia de um Portugal imperial: “Na época da sua expansão no mundo investiu-se totalmente numa cruzada, ao mesmo tempo imperial e messiânica” (Lourenço, 1999, p. 10), que acreditava portar consigo a “cruz civilizatória” e alargar os seus territórios e influências. Reclama, com uso de ironias, agora, o narrador que o mesmo reino era o escárnio de Europa.

⁶ Gilberto Freyre (2006, p. 327) explica, por exemplo, como o culto de São Gonçalo é eivado de tradições populares herdadas de cultos pagãos à fertilidade: “São Gonçalo do Amarante presta-se a sem-cerimônias [...]. Ao seu culto é que se acham ligadas as práticas mais livres e sensuais. Às vezes até safadezas e porcarias. Atribuem-lhe a especialidade de arrumar marido ou amante para as velhas”. Além disso, “Antigamente no dia da sua festa dançava-se dentro das igrejas – costume que de Portugal comunicou-se ao Brasil” (Freyre, 2006, p. 327). Percebamos como as descrições de Freyre estão em consonância com o que se narra no romance histórico de Garrett: dos cônegos que dançavam diante do nicho do santo. Por fim, vale recordar que, para celebrar o referido santo, há o popular costume da feitura de um doce em forma fálica, conhecido como *colhões* (ou *caralinhos*) de São Gonçalo, de gênese nos cultos fálicos dos povos que habitavam a Península antes da cristianização. Há, pois, uma ressignificação de Gonçalo, associando-o a outras entidades da fecundidade: <<https://ncultura.pt/colhoes-de-sao-goncalo-origem-e-a-secreta-receita/>> Acesso em 26/06/2023.

Lourenço, o narrador do romance histórico já antevia, por exemplo, guardadas as suas devidas proporções, as críticas de Antero de Quental, no discurso *Causas da decadência dos povos peninsulares nos três últimos séculos*, proferido nas Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, em 1871. Nele, Antero afirmará que as três principais razões para a decadência da Península Ibérica eram o Absolutismo, a colonização e a Inquisição, patrocinada pela Igreja Católica.

Por fim, Lourenço demonstra como Herculano tentou “preservar” a religiosidade portuguesa e também as conquistas da instauração do liberalismo em Portugal, ainda que reservando a ambos as críticas que julgava pertinentes. No entanto, buscou certa conciliação entre essas duas vertentes. Em Garrett, algo semelhante pode ser entrevisto: há duras críticas anticlericais, por exemplo, mas, igualmente, há a censura aos deslumbres com a técnica, o racionalismo e a especulação financeira, que não integram grande parte da população. Pode-se, portanto, afirmar que ambos os escritores, “apesar das decepções futuras, confiam no ideal *liberal* que ajudaram a implantar no país” (Lourenço, 2016, p. 107, grifo no original).

A importância de Almeida Garrett e Alexandre Herculano para a cultura portuguesa não pode ser expressa em poucas páginas, visto que são autores de profícua produção e que discutiram temas relevantes e muito diversos em uma sociedade em crise, que abandonava antigos paradigmas e construía novos. Porém, tentamos, neste estudo, verificar o quanto esses escritores inovaram, seja pela construção estética – a introdução, por exemplo, do romance histórico em língua portuguesa e do estilo shandiano na produção romanesca – assim como pelas temáticas que abordaram – a tensão entre a preservação e os avanços tecnológico, econômico e industrial para Portugal e o seu povo, sendo que as expressões dessas opiniões foram bastante propiciadas pelo caráter shandiano das obras que analisamos. Sintetiza Eduardo Lourenço da seguinte maneira a relevância das contribuições de ambos os autores para Portugal e os portugueses:

Almeida Garrett e Alexandre Herculano foram dois admiráveis indivíduos. Tão indivíduos que cada um deles traçou do novo Portugal a sua imagem. Embora não se contradizendo, essas imagens reestruturaram, pela primeira vez, o imaginário português, fora do cânone – ou cânones – do nosso ideário nacional, assimilado *grosso modo* ao da tradição católica, revisitada e estritamente pautada pela “romanização” e “politização” do cristianismo pelo Concílio de Trento [1545-1563]. Com ambos, Portugal, a sua história, o seu destino, vão

ser pensados, problematizados, discutidos em termos profanos. Cronistas, historiógrafos-mitólogos como João de Barros, Camões, seu e nosso sublimador, teólogos hagiógrafos, profetas do gênio como Vieira, inscrevem todos a visão de Portugal numa esfera de conteúdo transcendente. Almeida Garrett e Herculano inscrevem-na na História. Na história política propriamente dita e na história da cultura, balbuciante [...]. A *História de Portugal* de Alexandre Herculano não é uma entre outras, é a primeira digna desse nome escrita de dentro e segundo as mais rigorosas exigências da época. É já também e obrigatoriamente Portugal como História. [...] O Romantismo não veio só histórica e culturalmente “de fora”: ele foi na sua origem abertura e encontro com a nova cultura europeia com a qual continuou a dialogar, criticamente, como as obras de Garrett e Herculano o mostram. [...] os nossos autores, a partir do Romantismo, viajam ao sabor da sua curiosidade no mundo dos outros a partir de um “dentro” ou em função dele (Lourenço, 1999, p. 107-110, grifos no original).

REFERÊNCIAS

- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- DRUMMOND, Victor Gameiro; LOURA, Renato Cezar de Almeida. O marco jurídico do direito do autor em Portugal: a doutrina da propriedade literária sob a ótica de Almeida Garrett e Alexandre Herculano. *Revista de Direito da Faculdade Guanambi*, v. 5, n. 1, p. 1-20, jan-jun 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6080/608065719004/html/>. Acesso em 1/5/2024.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.
- GARRETT, Almeida. *O Arco de Sant’Ana*. São Paulo: W. M. Jackson Inc. Editores, 19--. p. 183-382.
- GARRETT, Almeida. *Viagens na minha terra*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1977.
- HERCULANO, Alexandre. *O Monge de Cister ou a época de D. João I*. Lisboa: Livraria Bertrand, 19--.
- HERCULANO, Alexandre. *Lendas e narrativas*. São Paulo: Clássicos Jackson, 1949.
- LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português*. Rio de Janeiro: Tinta-da-China, 2016.

MARINHO, Maria de Fátima. *O romance histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 1999.

MARINHO, Maria de Fátima. A falsa ingenuidade de Herculano. In: MARINHO, Maria de Fátima; AMARAL, Luís Carlos; TAVARES, Pedro Vilas-Boas (coords.). *Revisitando Herculano no bicentenário do seu nascimento*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013. p. 165-176.

MARQUES, Ana Maria dos Santos. *O anacronismo no romance histórico português oitocentista*. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2012.

ROUANET, Sergio Paulo. *Riso e melancolia: a forma shandiana em Sterne, Diderot, Xavier de Maistre, Almeida Garrett e Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARAIVA, António José. *Iniciação à Literatura Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Recebido em 24 de julho de 2023

Aprovado em 19 de outubro de 2023

Licença: 

Antonio Augusto Nery

Professor Associado de Literatura Portuguesa da Universidade Federal do Paraná. Doutor em Letras (Literatura Portuguesa) pela Universidade de São Paulo. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Contato: gutonery@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-7561-7804>

Eduardo Soczek Mendes

Licenciado em Letras (Português), Mestre e Doutor em Letras (Estudos Literários) pela Universidade Federal do Paraná. Vinculado, como pesquisador, ao Centro de Estudos Portugueses - Cátedra Camões - José Saramago da referida instituição.

Contato: edu.soczek@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-0554-5750>